

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

PAULO HENRIQUE LEANDRO

RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO (JBV)
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE-CEARÁ.

FORTALEZA – CE

2009

PAULO HENRIQUE LEANDRO

RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO (JBV)
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE-CEARÁ.

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Pós-Graduação de Policiamento Comunitário da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial para o título de Especialista em Policiamento Comunitário.

Orientador: Professor Leonardo Damasceno Sá

FORTALEZA – CE

2009

PAULO HENRIQUE LEANDRO

RELEVÂNCIA SOCIAL DO PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO (JBV)
NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE-CEARÁ.

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Especialização em Policiamento Comunitário, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialista em Policiamento Comunitário, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Fortaleza-CE, 20 de novembro de 2009.

Paulo Henrique Leandro

Aluno

Professor Leonardo Damasceno Sá

Orientador

Professor César Barreira

Coordenador

AGRADECIMENTOS

A DEUS, que me deu vida e inteligência, e que me dá força para continuar a caminhada em busca dos meus objetivos.

Aos meus pais, esposa e sogra, que me ensinaram a não temer desafios e a superar os obstáculos com humildade.

Aos meus queridos irmãos e filhos, que me entenderam pela falta de atenção, nos momentos de dedicação a este objetivo.

Ao professor Leonardo Damasceno Sá pelo incentivo e sugestões dadas para a realização da monografia.

Ao meu amigo Klebio pelo incentivo e apoio durante a realização do trabalho.

Aos alunos do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário e aos Bombeiros Militares da Seção de Bombeiros de Horizonte pelo apoio e incentivo nesta jornada.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta monografia.

RESUMO

O objetivo desta monografia é uma análise e uma reflexão da questão da Segurança Pública com vistas ao desenvolvimento do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário no Município de Horizonte. O trabalho está estruturado nos seguintes pontos: uma visão geral sobre a Segurança Pública, a partir da qual é feito um breve histórico das origens do Policiamento Comunitário no Brasil, como uma das ações preventivas da criminalidade. No segundo ponto são abordadas as iniciativas do Ministério da Justiça, dentre as quais se destacam as ações do PRONASCI, voltados para o fortalecimento das relações entre a comunidade e os órgãos da Segurança Pública, além da valorização de seus agentes. No terceiro e quarto pontos é dada uma ênfase nos projetos sociais desenvolvidos pelo Corpo de Bombeiros Militar do Ceará ressaltando-se o Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, objeto de análise desta monografia. No quinto ponto são apresentadas estatísticas sócio-econômicas, bem como dos atendimentos do Pelotão da Polícia Militar, em Horizonte. Baseado nas estatísticas apresentadas, no sexto ponto, justifica-se a importância da efetivação do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário no município de Horizonte dado os problemas que afligem em especial a juventude. Por fim, no sétimo ponto constata-se que o êxito do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário está relacionado com o envolvimento efetivo de várias instâncias públicas e privadas.

Palavras-chave: segurança pública, jovem, comunitário, bombeiro, Horizonte.

SUMÁRIO

1.0 INTRODUÇÃO.....	7
2.0 UM OLHAR SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA.....	11
2.1 Breve histórico do Policiamento Comunitário.....	12
2.2 Estratégias de prevenção.....	14
2.3 A comunidade pode ajudar: parcerias.....	15
2.4 Mediação comunitária no Ceará.....	15
3.0 PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: TENTATIVAS.....	17
3.1 O PRONASCI.....	17
3.1.1 O público-alvo do PRONASCI.....	17
3.1.2 A execução do PRONASCI.....	18
3.2 O Protejo: Proteção dos jovens em Território Vulnerável.....	18
3.3 Mulheres da Paz.....	19
3.4 Tráfico de pessoas.....	19
3.5 Bolsa Formação.....	19
3.6 Considerações sobre os projetos do Ministério da Justiça.....	19
3.7 PRONASCI e Corpo de Bombeiros Militar do Ceará.....	20
4.0 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ: EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM.....	21
5.0 PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO – JBV: IMPORTÂNCIA E FILOSOFIA DE UMA PRÁTICA.....	23
5.1 Projeto Jovem Bombeiro Voluntário – JBV: espaço para atuação.....	24
5.2 Crítica das visões gerenciais.....	24
6.0 O MUNICÍPIO DE HORIZONTE: DADOS.....	25
6.1 Dados dos atendimentos da Polícia Militar em Horizonte: os números da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.....	27
7.0 PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO – JBV NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE: A IMPORTÂNCIA DE UM PROJETO.....	31
7.1 O conceito de adolescência e juventude: uma compreensão mais ampla.....	32
7.2 Juventude horizontal sem perspectiva: retratos do cotidiano.....	33
7.3 Drogas: uma chaga social.....	34
7.4 A necessidade do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário em terras horizontinas....	35
7.5 Papel do Jovem Bombeiro Voluntário em Horizonte: juventude que previne e transforma.....	36

8.0 O PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO: NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL PÚBLICO.....	39
8.1 Quando o Município não faz a sua parte.....	39
8.2 Apoio ao alcance do Poder Público.....	40
9.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
REFERÊNCIAS.....	43
APÊNDICES.....	45

1.0. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho monográfico é analisar e fazer uma reflexão sobre o Projeto Jovem Bombeiro Voluntário – JBV, desenvolvido pelo Corpo de Bombeiros Militar do Ceará – CBMCE, na cidade de Horizonte-CE, um Projeto de uma parceria entre o Corpo de Bombeiros e diversas comunidades, com apoio do Poder Público. É um Projeto de largo alcance social, a partir do qual jovens de diversas comunidades passam por um processo intenso de formação humana e de atividades voltadas para a prevenção de sinistros domésticos, agindo como agentes multiplicadores da prevenção de acidentes e da formação cidadã.

Somente com uma formação apurada em todos os saberes é que o ser humano pode interagir de modo eficaz e transformar a realidade social, enfrentando os desafios que todos os dias surgem. Portanto, preparar os jovens para atuar na comunidade é uma preocupação do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário – JBV, como contribuição efetiva à sociedade horizontal.

O Projeto JBV contribui de modo construtivo com a sociedade. Em particular, vê-se o Município de Horizonte como local privilegiado de realização do Projeto, considerando variantes sociais e econômicas pelas quais passa o Município. Para tanto, é preciso refletir e estudar para entender o problema da prevenção de delitos e acidentes (sinistros), pequenos litígios na comunidade, e como a juventude dessa comunidade pode ser agente transformador, sempre em parceria com as forças vivas da comunidade.

Daí surge a necessidade de conhecer o que um grupo de jovens, depois de uma esmerada preparação humana e técnica pode fazer em proveito de uma comunidade específica. Essa questão faz emergir a importância e a contemporaneidade do tema voluntariado. Dentro desse contexto de vários problemas enfrentados pela Segurança Pública, e sempre na perspectiva de atuar junto à comunidade como forma de superar questões como segurança deficitária, sinistros evitáveis, litígios entre vizinhos, além de uma presença social qualificada dentro da comunidade.

Qual a relevância social que a organização e posterior criação do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário oferece à dinâmica social da cidade de Horizonte, considerando que se trata de um Município em crescente urbanização, fato que gera desequilíbrios sociais e sintomas tais como a marginalidade e a violência?

Responder a questão acima não é tarefa que se julgue simples. Por isso adotou-se como metodologia de trabalho o “estudo de caso” como recurso a orientar a realidade a ser abordada. Optou-se por acompanhar e entrevistar um grupo de 12 (doze) jovens que já haviam participado do referido Projeto, no Município de Horizonte.

Com esses jovens foram realizadas entrevistas escritas, de cunho objetivo. Além dos jovens escutou-se, entrevistou-se, algumas pessoas (vizinhos, familiares e educadores) das comunidades do Planalto Horizonte, Distrito Industrial, Zumbi, Diadema, Queimadas e Dourado indagando-as sobre o que achavam da atuação dos jovens do Projeto JBV de Horizonte, o alcance do Projeto e a possibilidade de sua ampliação. O material oriundo das entrevistas foi analisado e interpretado à luz dos objetivos do Projeto e da realidade social do Município.

A discussão sobre a segurança pública é atualmente preocupação não apenas nos meios acadêmicos, governamentais e profissionais, mas também de grande parte da população em seus encontros e diálogos cotidianos. Foi o que se constatou ao entrevistar pessoas acerca do Projeto JBV. Elas acompanham os fatos, sabem da necessidade da segurança e o modo como colocá-la em prática.

Diante das cenas e das notícias recorrentes de aumento da violência e da criminalidade uma questão permanece sempre: a forma como se tem lidado com os mais variados crimes é a mais adequada? Se a resposta é positiva, então por que não se conquistam bons resultados, ou seja, por que a impressão incessante de que as coisas não andam bem? Se a resposta é negativa, então quais são as alternativas possíveis?

A metodologia tradicional de se praticar a segurança pública parece estar com seus dias contados. Um modelo de segurança que tem como base a sofisticação tecnológica, a agressividade nas ruas e a rapidez no atendimento de chamadas, se mostraram limitadas em relação aos resultados à inibição ao crime, além de contribuir para o aumento da tensão social. E isso pode ser constatado dando uma pequena volta em algumas áreas de Horizonte. Impressiona o medo espalhado dia a dia de muitas pessoas. Ocorre que o medo não é só da ação dos delinquentes de maior idade, mas também da ação violenta de menores infratores que vivem excluídos da sociedade. Os depoimentos escutados para apoio a este trabalho monográfico dão conta de como a comunidade percebe na presença do jovem que participa do Projeto JBV uma esperança que não ameaça e lhes devolve a possibilidade da construção da paz.

Aos poucos, a participação da comunidade vem sendo tratada como alternativa e possibilidade de superação de problemas enfrentados pela segurança pública. No entanto, ela exige grandes alterações por parte das instituições policiais, dos próprios policiais, mas também da própria comunidade organizada. Ela pede participação, pede ser sujeito ativo dentro desse intrincado trabalho, como se pôde constatar nas conversas durante a preparação deste trabalho. Nesse ponto específico o Projeto JBV pode contribuir sobremaneira, como canal sério de comunicação entre as partes.

A questão da implantação do Projeto JBV norteia a realização deste trabalho. Para chegar a bom termo foi necessário realizar um percurso pelos Projetos que o Ministério da Justiça promove como meio de controle da violência social, além de um levantamento sobre as condições socioeconômicas do Município de Horizonte. Desta forma, os pontos de aproximação e distanciamento são foco da discussão desta monografia que se pretende apenas ser espaço de reflexão.

Por fim, este trabalho comporta impressões pessoais advindas da experiência como Bombeiro Militar, com as quais esta monografia ganhou mais vida, posto que sua base esteja calcada na realidade de parte da comunidade de Horizonte, na qual resido e colaboro em sua transformação.

Corria o ano de 1991, quando ainda jovem ingressei no Exército Brasileiro através do serviço militar obrigatório. A idade e a forma como eu e os demais da turma éramos treinados, baseado na hierarquia e disciplina, causou-me um certo impacto na minha formação pessoal. No ano seguinte ingressei no Corpo de Bombeiros Militar do Ceará com uma visão mais aperfeiçoada da filosofia militar, porém me deparei com uma instituição com outros valores e objetivos bem específicos, uma vez que presta serviço bastante relevante à sociedade e que tem como lema “Vidas Alheias e Riquezas Salvar”!

Apesar da juventude já exercia funções de responsabilidade significativa, por se tratar da preservação do patrimônio e vida humana, principalmente. Anos depois passei por um treinamento e em seguida comecei a trabalhar especificamente em emergência pré-hospitalar.

Visando qualificar o conhecimento e ampliar a visão cultural de mundo, da pessoa humana, ingressei na Universidade Estadual do Ceará, no curso de Licenciatura em Física que me habilitou a lecionar no ensino fundamental e médio. Exerci a função de educador no Colégio Militar do Corpo de Bombeiros (CMCB) em Fortaleza e em outras escolas estaduais da capital.

Esse contato com a juventude, através do ensino, resultou numa ótima experiência de convivência em sala de aula onde constatei a importância (valores, anseios, aspirações e necessidades) dessa faixa etária da vida. Vi que se tratava de um público com o qual poderia desenvolver atividades educativas culturais e sociais. Após cinco anos no CMCB passei a prestar serviço na Seção de Bombeiros de Horizonte e a contribuir na formação dos jovens do Projeto JBV.

2.0. UM OLHAR SOBRE A SEGURANÇA PÚBLICA

Durante muito tempo a questão da segurança pública foi entendida como sendo um problema exclusivamente da polícia. Esta abordagem negligenciou a contribuição que a sociedade civil organizada poderia oferecer. Não era dada ênfase às diversas organizações representativas e de formação de opinião. Atualmente esta visão está ultrapassada, pois sabe-se que os problemas enfrentados pela segurança pública são problemas de interesse coletivo, desde a prevenção até a sua resolução.

O distanciamento do Estado e a falta de uma participação efetiva da sociedade são questões que devem ser estudadas para se evitar o crescimento da violência em determinados grupos sociais, que são mais carentes e muitas vezes vivem na marginalidade. As limitações sociais não justificam a violência, mas todos possuem o direito a uma vida com dignidade, que é diverso de uma vida marcada por luxos. A dignidade humana é um direito assegurado a todos os cidadãos, conforme artigo 1º, inciso III, da Constituição Federal.

A realidade social desorganizada, quase um caos, na qual vive os Estados brasileiros, seja em seu Sistema de Segurança Pública, seja no campo da Seguridade Social ou na área da educação formal, obriga as autoridades constituídas a procurar substituir de forma gradativa as políticas e os projetos ineficazes, sempre visando um atendimento mínimo aos cidadãos que financiam, via impostos e como nação também, a vida do país. No tocante à Segurança Pública, o Estado brasileiro, aos poucos vem priorizando ações preventivas comunitárias de combate à criminalidade, a reconciliação de partes em litígio por ações reativas de policiamento.

A partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a Política Nacional de Segurança Pública teve um avanço contínuo, porém bloqueado pelas condições políticas. O mérito do governo FHC teria sido o de conferir à questão da segurança um status político superior, tendo firmado compromisso com a agenda dos direitos humanos. (Soares, 2008)

O governo de Luís Inácio Lula da Silva apresentou uma proposta mais audaciosa, presente no Plano Nacional de Segurança Pública, que estabelecia o seguinte:

- Normatização do Sistema Único da Segurança Pública (SUSP);
- Instalação de Gabinetes de Ação Integrada nos estados;
- Desconstitucionalização das polícias, para que cada estado pudesse ter autonomia para definir o modelo de polícia que deseja, precisa e/ou pode ter.

O plano firmava o compromisso de que segurança pública é matéria de Estado, não podendo ficar refém de pequenos conflitos político-partidária. O plano visava a reforma das polícias, do sistema penitenciário e a implantação de políticas preventivas e intersetoriais.

As ações no âmbito da Segurança Pública a partir do Governo Lula resultaram em significativa queda das taxas de homicídio, conforme pesquisa coordenada por Sérgio Adorno, professor de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) e coordenador do Núcleo de Estudos da Violência (NEV), e por Fernando Salla, pesquisador do mesmo núcleo: as taxas de homicídio no Brasil cresceram ao longo da década de 90, principalmente entre jovens com idade entre 15 e 24 anos. Entretanto, a partir de 2002, coincidindo com o início do governo Lula, “as taxas de homicídio vêm apontando declínio, nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujas razões ainda não são bem conhecidas”.

Esse novo paradigma de segurança pública no Brasil marca uma nova fase a partir da criação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, através das diversas ações implementadas. Essa nova concepção está pautada no diálogo, na aceitação da multiplicidade de atores sociais pertencentes ao processo e no respeito ao pacto federativo.

Faltam, entretanto, métodos e instrumentos de gestão para auxiliar os órgãos responsáveis pela segurança pública a desenvolver novos serviços de prevenção com maior rapidez, qualidade, eficiência e respeito ao ser humano.

Uma importante medida levada a cabo pelo governo federal para que as Secretarias de Segurança Pública estaduais superassem o quadro de crise foi a política de reestruturação das polícias. Esse modelo, era visto como o que ia assegurar estruturas policiais flexíveis, com atuação descentralizada, administração participativa voltada para o cidadão-cliente e orientada para melhor desempenho das funções policiais.

Na ocasião, realizaram-se estudos e projetos de modernização das Polícias, indicando-se a implementação da “Filosofia de Polícia Comunitária”, posto que seus princípios comportam um viés administrativamente descentralizado, com instrução para que sejam executados planos de ação que insiram eficiência, eficácia, efetividade e abertura ao controle público a ser realizado pela sociedade.

2.1. Breve histórico do Policiamento Comunitário

O policiamento comunitário é a mais nova estratégia de prevenção ao crime defendida nos diversos programas de Segurança Pública. É uma discussão atual e necessária, pois

algumas das ações reativas de combate estão obsoletas e afastam cada vez mais a comunidade da Polícia.

Das muitas iniciativas de implementação do policiamento comunitário no mundo, destacamos as implementações realizadas na Austrália, Cingapura, Japão, Dinamarca, Noruega, Suécia, China, Finlândia, Grã-Bretanha, além dos Estados Unidos e Canadá.

Embora a maior parte da literatura destaque os americanos como os criadores desse modelo, é o modelo de policiamento comunitário japonês que é considerado o mais antigo, mais bem implementado e estabelecido do mundo (SKOLNIKC & BAYLYEY, 2002).

O policiamento comunitário no Brasil, como se deseja nos dias de hoje foi introduzido a partir da década de 80 quando os policiais militares de vários Estados buscavam a reestruturação de suas atividades com base na Constituição Cidadã de 1988.

O marco inicial sobre a discussão do policiamento comunitário foi o primeiro congresso de Polícia e Comunidade, em São Paulo no ano de 1991. Neste ano a Polícia Militar do Rio de Janeiro iniciou um programa piloto de Polícia Comunitária no bairro de Copacabana. Em São Paulo tal iniciativa teve início em Ribeirão Preto. (CAMARGO, 1999).

Seguindo o exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, diversos Estados brasileiros vem implantando modelos de Polícia voltado à integração com a Comunidade, com base na Polícia Comunitária, conforme preceitua a Constituição Federal no artigo 144: Segurança Pública, dever do Estado, Direito e Responsabilidade de todos.

Há uma nova conceituação de Polícia Comunitária, como filosofia e estratégia organizacional que proporciona uma nova parceria entre a população e a Polícia, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida local das pequenas comunidades, bairros nas quais está inserida. É uma mentalidade recente. É algo novo no aparato policial do Brasil. Algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário:

Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário (TRAJANOWIZ e BUQUEROUX, 1999).

Contudo, ainda prevalece grande confusão em relação aos objetivos do policiamento comunitário e as estratégias para atingir estes objetivos. As partes envolvidas (Polícia e comunidade) ainda não compreendem o que é o policiamento comunitário e não estão

efetivamente engajados em projetos dessa natureza. Para muitos, o papel da Polícia resume-se em prender pessoas. Diante destas dificuldades, há sempre o risco da oposição e da resistência a experiências e inovações visando à implementação de um projeto de Polícia Comunitária, dentro e fora da polícia. Mas há também um risco de que o policiamento comunitário venha a ser implantado como mais uma atividade especializada, atribuída a unidades e a profissionais especializados, os quais, na maioria das vezes, subestimam a capacidade da comunidade. Ou mesmo o risco de que as unidades policiais, quando passam a ter a responsabilidade de fazer o policiamento comunitário, dêem menos valor às atividades de policiamento comunitário do que às atividades tradicionais de polícia. Por exemplo, designando para estas atividades menos tempo, menos recursos e/ou profissionais menos qualificados.

2.2. Estratégias de prevenção

Violência é “uma ação direta ou indireta, destinada a limitar, ferir ou destruir as pessoas ou os bens” (MICHAUD, 1989).

Crime é “a violação imputável e culposa da lei penal” (FRAGOSO, 1985).

Atualmente, no Brasil, quando se fala em prevenir a violência ou o crime pensa-se em várias possibilidades que devem possuir laços com as políticas sociais. Dentro desta visão, as possibilidades de reduzir a criminalidade e a violência dependeriam de algumas mudanças ou ajustes nas questões relativas a oportunidades de educação, emprego, moradia, lazer e tudo que efetivaria esses direitos a todos os cidadãos. É fato que esse tipo de mudança afeta os índices de criminalidade, podendo produzir resultados significativos.

A participação da sociedade em nível consultivo no planejamento das ações preventivas de segurança pública faz com que as forças policiais se tornem mais conscientes e receptivas em relação às preocupações variadas de pessoas diferentes. Uma razão para o envolvimento da comunidade nas questões da segurança pública é convicção que a polícia sozinha não pode nem criar nem manter comunidades seguras.

Pode-se considerar que os papéis preventivos das polícias são insuficientes e não são capazes de repercutir ações visíveis aos olhos dos cidadãos, um dos motivos seria a dificuldade de sua efetivação ou que seus efeitos positivos são em longo prazo. Portanto, estamos diante de uma situação de deslegitimação.

O que se nota é que em alguns crimes, como arrombamento a veículos, se pensar em uma correta intervenção preventiva desenvolvida pela polícia, pode ser eficaz. Porém o que se

vê é o modelo reativo, aquele em que a polícia só age depois da ocorrência do crime, tendo um papel mais perceptível e praticado, coisa que é destacada pelos meios de comunicação.

2.3. A comunidade pode ajudar: parcerias

O dia-a-dia de qualquer comunidade é marcado por situações muito específicas, as quais são como uma linguagem que integra e caracteriza seus moradores. Logo, há particularidades que somente os moradores de um determinado lugar podem interpretar de modo eficaz, mesmo que não seja uma leitura sociológica correta.

Pensando assim, a comunidade organizada dispõe de elementos de leitura de conflitos, de ações violentas, etc. Por exemplo, as Associações Comunitárias, os Agentes de Saúde, Professores possuem uma visão mais fiel da dinâmica comunitária, podendo auxiliar os órgãos de segurança pública na implementação de ações duradouras visando uma vida saudável e segura.

Não se trata, contudo, de encontrar na comunidade um banco de informações e delações, mas discutir com a mesma as causas e possíveis soluções de alguns conflitos que, apesar de banais, tomam proporções mais complexas. Pode-se evitar que brigas de vizinhos, por exemplo, sejam solucionadas num Distrito policial, sobrecarregando os policiais, quando bastava ouvir as partes, escutar a comunidade, para adotar providências mais eficazes.

2.4. Mediação comunitária no Ceará

A mediação é uma técnica de administração de conflitos de caráter informal não adversarial, no qual um terceiro, chamado mediador, não tem poder sobre as partes e não pode sugerir ou decidir, mas apenas têm o intuito de intermediar um acordo que satisfaça os que estão em conflito. A participação da comunidade é essencial para que haja êxito no desenvolvimento da mediação. Ademais a mediação abre novos caminhos para uma positiva transformação sócio-cultural.

O mediador comunitário desenvolve trabalho voluntário, com base na Lei do Voluntariado (Lei nº 9608 de 18/12/1998). É uma pessoa da comunidade, escolhida pelas partes para facilitar e estimular o diálogo atuando no sentido de ajudar na prevenção e solução do conflito.

Dentre as contribuições diretas da mediação da comunidade destacam-se as seguintes:

- Reforçar a cultura de paz, através do estímulo ao diálogo e da solução pacífica dos casos em conflito;
- Aproximar o discurso do direito à realidade da comunidade, respeitando as diferenças;
- Desenvolver uma ação preventiva de conflitos;
- Incentivar o trabalho voluntário prestado por pessoa física cuja missão é contribuir para ajudar aos cidadãos a resolverem problemas sociais ou pessoais e a melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Os núcleos de mediação comunitária do Estado são instrumentos implantados pelo Ministério Público do Estado do Ceará e estão localizadas em alguns municípios, tais como: Fortaleza, Caucaia, Pacatuba e Russas.

O Núcleo de Mediação do Pirambu, em Fortaleza, é o mais antigo do Ceará. A entidade já resolveu cerca de 28 mil conflitos. No Ceará, existem nove núcleos de mediação comunitária. Cada um faz, em média, 100 atendimentos por mês. A grande maioria é relacionada a conflitos familiares.

Mesmo com a importância social da mediação comunitária não há uma abrangência nos demais municípios do Estado, inclusive Horizonte.

Em âmbito nacional o PRONASCI implementará 30 núcleos de Justiça Comunitária. Lideranças das comunidades serão capacitadas em oficinas para mediar conflitos e promover a coesão social. Elas serão identificadas através de parcerias com a Defensoria Pública, Ministério Público, Tribunais de Justiça e a Secretaria de Reforma do Judiciário. A mediação de conflitos pela comunidade promove a justiça de forma alternativa e pacífica. A intenção é realizar cerca de 375 mil atendimentos, até 2011.

3.0. PROGRAMAS DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA: TENTATIVAS

O flagelo da violência urbana notado em boa parte do Brasil, fato que gera verdadeiros bolsões de insegurança de populações inteiras, despertou o Ministério da Justiça no sentido de discutir e efetivar projetos de segurança de alcance nacional. O clamor que brota das favelas, dos grandes centros industrializados, das cifras que impressionam, foi ouvido pelo Governo Federal, que despertou da letargia na qual vivia há um bom tempo.

3.1. O PRONASCI

A despeito da constatação que aponta para uma generalizada desorganização do aparato social brasileiro, o Ministério da Justiça oportuniza projetos objetivos e exequíveis a partir dos quais os Estados brasileiros podem organizar suas forças policiais – Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil – com vistas ao combate de males sociais que há tempos maculam a convivência pacífica e democrática que se deseja.

Um das ações de alcance nacional que o Ministério da Justiça patrocina é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) que marca uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. Trata-se de um programa que articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública.

Para o desenvolvimento do Programa, o Governo Federal investirá R\$ 6.707.000.000,00 (seis bilhões e setecentos e sete milhões de reais) até o fim de 2012. Destaca-se a seguir os principais eixos que o PRONASCI prioriza como ferramenta de grande alcance social.

- Valorização dos profissionais de segurança pública;
- A reestruturação do sistema penitenciário;
- O combate à corrupção policial;
- Envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

3.1.1. O público-alvo do PRONASCI

O PRONASCI prioriza um público de jovens de quinze a vinte e quatro anos em situação de risco, que se encontram ou já estiveram em conflito com a lei, em vias de adentrar no mundo da criminalidade. O Programa visa atender também aos profissionais de segurança

pública, sobretudo a esse grupo, que lida com o ordenamento social, que está na linha de frente e no combate aos desmandos sociais.

3.1.2. A execução do PRONASCI

O PRONASCI possui uma dinâmica de execução peculiar, uma vez que inova ao inserir a comunidade no seio de um Projeto de alcance nacional e de grande envergadura. Essa visão comunitária da segurança pública injeta ânimo novo na sociedade, uma vez que ela pode, a partir de suas instituições civis organizadas, darem a sua efetiva contribuição na consecução de uma obra desafiadora e exigente.

O fundamento do PRONASCI reside na mobilização social de seus organismos atuantes e formadores de opinião, dentre eles os órgãos de Segurança Pública. A articulação entre os representantes da sociedade civil e as diferentes forças de segurança – Polícia Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Secretaria de Segurança Pública – será realizada pelo Gabinete de Gestão Integrada Municipais (GGIM), além de organismos atuando em nível federal e estadual sempre com vistas ao bom êxito do Programa. É uma articulação que visa aperfeiçoar o trabalho da segurança pública, algo que configura novos tempos nesta área em nosso país.

O PRONASCI foi criado pelo Governo Federal com uma nova proposta para a segurança pública no Brasil. Tem como objetivo diminuir o índice de homicídio das regiões metropolitanas brasileiras. O Programa articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão da repressão, quando necessário.

3.2. O Protejo: Proteção dos jovens em Território Vulnerável

Outro importante e necessário projeto, Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo), do Ministério da Justiça visa prestar assistência por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. O trabalho tem duração de um ano, prorrogável por mais um, e têm como foco a formação da cidadania desses jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais que visa resgatar sua auto-estima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades.

Nota-se que o Protejo possui um ponto de contato com o PRONASCI, quando prioriza a inclusão social de jovens, iniciativa que também é contemplada no PRONASCI. Portanto, um conjunto de práticas que tentam resgatar os jovens do mundo da violência e da criminalidade.

3.3. Mulheres da paz

Este projeto capacita mulheres em temas como Direitos Humanos, Cidadania, Lei Maria da Penha, para atuarem como mediadoras sociais e afastar os jovens da criminalidade; conduzindo-os aos projetos do PRONASCI, como o Protejo. Como incentivo estas lideranças femininas recebem uma bolsa mensal. No País, o projeto têm o objetivo de beneficiar 11.725 mulheres.

3.4. Tráfico de pessoas

O PRONASCI apóia Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que tem como objetivo prevenir e reprimir esse crime, responsabilizar os seus autores e garantir atenção e suporte às vítimas. Entre as principais atividades estão: a realização de estudos e pesquisas sobre tráfico de pessoas, a capacitação de técnicos envolvidos no enfrentamento ao tráfico e a estruturação de um sistema nacional de atendimento às vítimas. Com o PRONASCI, estão sendo instalados núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas nas cidades que registram os números mais elevados de ocorrências desse tipo de crime no Brasil: Recife (PE), Goiânia (GO), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belém (PA).

3.5. Bolsa Formação

Não existe segurança pública sem a valorização do capital humano. Pensando nisso, o PRONASCI investe na capacitação do profissional com o Programa Bolsa Formação. Pelo projeto, policiais civis e militares, bombeiros, peritos, guardas municipais e agentes penitenciários, que recebem salários até R\$ 1.700,00 (mil e setecentos reais) são beneficiados com uma bolsa mensal. Os beneficiários da bolsa devem participar dos cursos de capacitação promovidos gratuitamente pelo Ministério da Justiça.

3.6. Considerações sobre os projetos do Ministério da Justiça

É inegável a busca frêmita do Governo Federal, através do Ministério da justiça, na busca de alternativas que ponham termo ao crescente processo de violência que se instalou na

sociedade brasileira. Os projetos dão conta de uma preocupação com a situação da segurança do cidadão, sobretudo de um grupo que está à beira do mundo criminoso, burlador da convivência social baseada na justiça e no direito. São iniciativas que aparentam chegar tarde, como se fosse necessário acontecer tanta violência e tanto desmando, fatos que mancham a nossa condição de pessoas racionais, que deveriam lançar mão da razão em todas as ocasiões da vida. Apesar de uma racionalidade cantada em verso e prosa o que é possível observar é um ser humano que não sabe o que fazer com a sua liberdade, sendo necessária a existência de projetos normativos da convivência, sem autoritarismo e com respeito à democracia.

Os direitos humanos são fundamentais para o exercício da democracia e são cobrados e fiscalizados principalmente pela sociedade civil organizada. Dentro desses direitos ressalta-se o mais importante: “o direito à vida”, que deve ser preservado por toda a sociedade e especialmente pelos agentes de segurança pública que tem a obrigação constitucional de zelar por este direito, mesmo diante da possibilidade do uso da força.

O Corpo de Bombeiros tem como missão principal a defesa da vida, mesmo em situações adversas, pondo em risco à sua própria integridade física por entender que este direito é o maior bem do ser humano. Essa premissa credencia a instituição Bombeiro Militar junto à sociedade fazendo com que se destaque dentre as demais instituições públicas e privadas. Podemos destacar mais uma vez, pautado nos princípios dos direitos humanos, seu lema que é “Vidas Alheias e Riqueza Salvar”.

3.7. PRONASCI e Corpo de Bombeiros Militar do Ceará

Dentro da proposta de articulação de organismos de segurança prevista no PRONASCI, fica evidenciado que as Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros surgem como atores sociais de muita importância na prevenção da delinquência juvenil, na construção de estruturas comunitárias que resgatem a auto-estima e a cidadania de muitos que já vivem num clima de desapontamento generalizado ante a possibilidade de uma saída eficaz ao problema da violência urbana.

Assim sendo, acredita-se que a estrutura do Corpo de Bombeiros Militar possui condições objetivas de articular programas comunitários em nível municipal que contemplem a prevenção da marginalidade, prevenção de sinistros, formação humana com vistas a criação de um ambiente saudável no qual os relacionamentos humanos sejam baseados na justiça e no bem comum.

4.0. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ: EXPERIÊNCIAS QUE TRANSFORMAM

O Corpo de Bombeiros do Ceará realiza várias atividades de cunho social, a partir das quais os bombeiros militares estão em contato direto com crianças e jovens, adultos e idosos, sempre num clima amistoso e cidadão. As diversas atividades envolvem a comunidade desde exercícios físicos até programas de rádio voltados para a saúde e a prevenção.

De todos os recantos, muitos acorrem à programação educativa e aos benefícios hauridos da participação. É comum encontrar pessoas que participam de alguma modalidade ou atividade, podendo sentir os efeitos benéficos e formadores da cidadania.

Abaixo, são elencados alguns dos Projetos Sociais que o Corpo de Bombeiro Militar do Ceará acompanha através de uma rede de militares e civis que fazem dessa experiência um ato de cidadania.

- Projeto Flanelinha – Iniciou-se com a Superintendência da Polícia Civil e com a Secretaria da Ação Social do Estado, tendo o Corpo de Bombeiros entrado como parceiro. Este projeto é desenvolvido com os flanelinhas de sinais, estacionamentos, etc, visando capacitá-los na prevenção aos acidentes e conhecimentos de primeiros socorros, identificando-os para transferir segurança para a comunidade.
- Projeto JBV (Jovem Bombeiro Voluntário) – Visa capacitar os jovens estudantes na faixa-etária de 14 aos 17 anos de idade. Eles atuam como multiplicadores dos conhecimentos de prevenção de acidentes nas comunidades em que estão inseridos. Já foram beneficiados mais de cinco mil jovens.
- Projeto Bombeiros na Escola – São desenvolvidas palestras nas escolas estaduais e municipais do Estado do Ceará, visando levar conhecimento de prevenção aos acidentes domésticos e primeiros socorros aos alunos, visando torná-los multiplicadores. Já foram assistidos mais de cinqüenta mil alunos.
- Escola de Prevenção – O trabalho em conjunto torna possível enfrentar as adversidades encontradas nas emergências sejam elas de incêndio ou pré-hospitalar. Desta forma, o Corpo de Bombeiros Militar do Ceará e o Shopping Benfica, preocupado permanentemente com a prevenção e as possibilidades de

desastres (incêndio e/ou emergências pré-hospitalar) e acidentes domésticos desenvolveram o Projeto Escola de Prevenção que tem como premissa a instrução, criando uma consciência da necessidade de adquirir conhecimentos preventivos evitando riscos ao patrimônio e à vida. Com esta parceria estão diminuindo gradativamente os índices de acidentes domésticos como queimaduras, quedas, fraturas, engasgos, princípios de incêndios e outras ocorrências que necessitem de procedimentos técnicos, fazendo com que os gastos do erário público sejam reduzidos, no que se refere à aquisição de medicamentos e tratamentos de acidentados, economia no consumo de combustíveis, materiais de combate a incêndio e pré-hospitalar e outros. O cidadão depois de capacitado na Escola de Prevenção estará apto a fazer o atendimento primário do sinistro, acionando, em seguida, os socorros necessários ao local.

5.0. PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO – JBV: IMPORTÂNCIA E FILOSOFIA DE UMA PRÁTICA

Dentre os inúmeros projetos sociais sob a responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará o Projeto JBV atinge o mundo juvenil de modo mais eficaz e objetivo. O conjunto do currículo (Ética, Direitos Humanos, Cidadania, Educação Física, Ações de Defesa Civil, Prevenção e Combate a Incêndio, Primeiros Socorros, Salvamento, Ordem Unida, Hierarquia e Disciplina, além de aulas de campo) é extremamente humano e de aplicação cotidiana, o que torna o Projeto uma modalidade de aproximação singular e privilegiada.

A disciplina de ordem unida tem como objetivo a organização do grupo para facilitar e otimizar as aulas de campo sem o verdadeiro rigor da ordem unida que é aprendida e praticada pelos militares.

O público-alvo do deste projeto é constituído de adolescentes entre 14 e 17 anos. Trata-se de uma população da qual expressiva parte está em situação de risco, ou já adentrou no mundo da marginalidade e da violência. Portanto, é um público que reclama uma participação social como pressuposto da construção da cidadania.

O Projeto JBV, dentre algumas de suas especificidades demonstra a possibilidade de termos outra visão do que se costuma chamar de voluntariado, hoje compreendido como prestação de serviço a algum órgão governamental ou não, sem o estabelecimento de qualquer vínculo empregatício entre as partes. É importante destacar esse aspecto, uma vez que o Projeto incorpora em seu trabalho a contribuição de profissionais liberais, que somam ao que já existe na grade curricular do Projeto. É uma experiência particular e indica a possibilidade de sua multiplicação em vários municípios do Brasil, dentre os quais destacamos o Município de Horizonte, na Região Metropolitana de Fortaleza.

Assim, dentre as soluções ou alternativas para a questão da segurança pública e também a necessidade de parcerias com a comunidade e seus movimentos organizados, encontra-se a filosofia do Projeto JBV. Ela é uma proposta inovadora que tem como premissa o fato de que tanto os agentes de segurança pública quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar, prevenir e resolver problemas contemporâneos, com o objetivo de melhorar a qualidade geral da vida na comunidade. Sobretudo, vislumbra-se um horizonte social no qual a cidadania seja efetivamente uma realidade comum.

5.1. Projeto Jovem Bombeiro Voluntário – JBV: espaço para atuação

Vê-se um ponto de interseção entre o PRONASCI e o Projeto JBV. A atuação do Corpo de Bombeiros junto à comunidade é algo que o PRONASCI preconiza em suas diretrizes. Portanto, há espaço legal e social para que este projeto venha a ser implantado no Município de Horizonte, como espaço de interlocução, formação e atuação nas diversas comunidades, tendo como um de os seus objetivos conhecer para prevenir.

O programa Território de Paz é uma iniciativa do Ministério da Justiça que reúne diversas ações do PRONASCI em uma comunidade específica onde os índices de violências são muito altos, objetivando a prevenção e combate ao crime organizado. A proposta é integrar ações sociais envolvendo a população e as forças de segurança para a redução da criminalidade. O Projeto JBV reúne características compatíveis com as ações deste programa de inclusão social dentre aquelas desenvolvidas pelo PRONASCI/Território de Paz.

Desse modo, acredita-se que a comunidade horizontina será largamente atendida em seus direitos, pois estará interagindo na construção de uma sociedade baseada na troca de idéias com vistas à construção da paz.

5.2. Crítica das visões gerenciais

O gerenciamento do Projeto JBV em Horizonte é feito pelo comandante da Unidade Bombeiro Militar no Município seguindo diretrizes do Comando Geral do CBMCE. Alguns instrutores apresentam dificuldades didático-pedagógicas por não possuírem qualificação específica de magistério, mas se superam através do seu comprometimento pessoal e experiência profissional. As instalações sanitárias não atendem de maneira satisfatória as necessidades femininas devido ao fato do quartel não possuir em seu efetivo a presença feminina. Não existem recursos financeiros específicos destinados ao Projeto JBV para a aquisição de material didático, transporte, alimentação, uniformes, a fim de ampliar e desenvolver o projeto. Buscou-se uma parceria com o poder público municipal, mas não se logrou êxito devido a limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

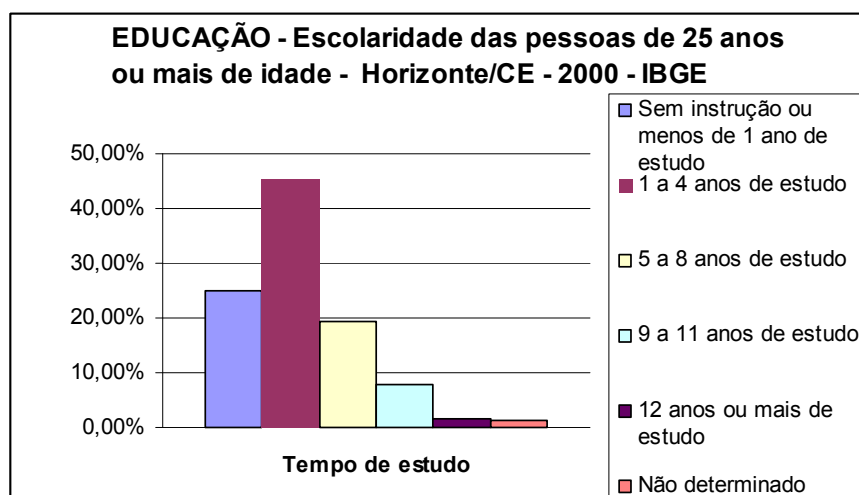
Há um grande esforço do comandante no sentido de atender esta carência, através de parcerias junto a outros órgãos públicos e privados visando o suprimento de recursos para que o Projeto atinja seus objetivos sociais.

6.0. O MUNICÍPIO DE HORIZONTE: DADOS

Horizonte localiza-se no estado do Ceará e faz parte da Região Metropolitana de Fortaleza e do Semi Árido. Foi criado pela lei 11.300 de 06/03/1987 e instalado em 01/01/1989, sendo sua área proveniente do Município de Pacajus. O Município é formado pelos distritos de Horizonte (sede), Aningas, Dourado e Queimadas.

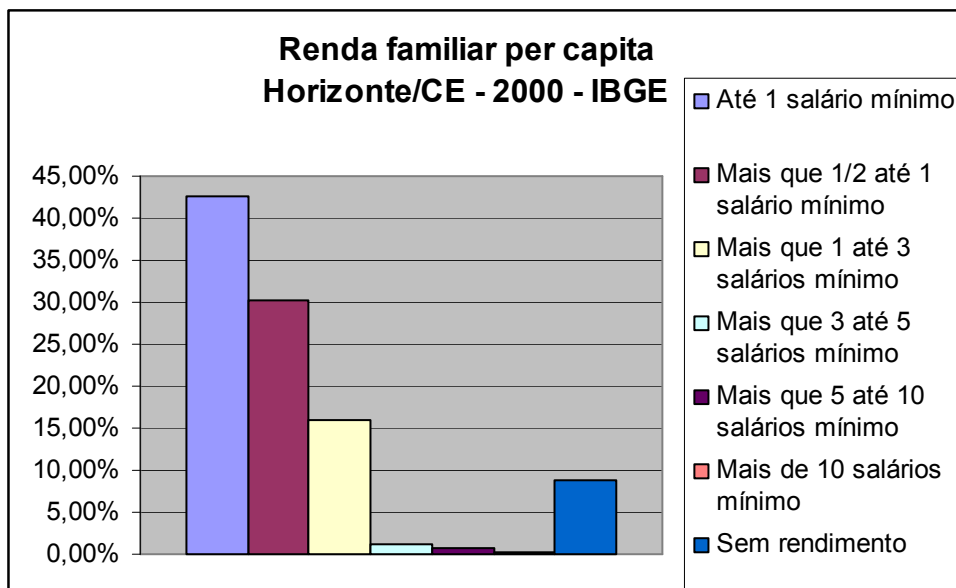
Com 48.660 habitantes em 2007, sua taxa de crescimento populacional foi de 5,6% ao ano entre 2000 e 2007, maior que a estadual (1,46) e maior que a nacional (1,21%). O Município apresentava, em 2000, um predomínio de homens e uma estrutura populacional formada principalmente por adultos (25 a 64 anos). O maior número de pessoas, contudo, está na faixa de 0 a 4 anos. O IBGE estima uma população de 54.362 habitantes no ano de 2009.

Quanto aos indicadores de educação, Horizonte, tinha em 2000, 95,36% de pessoas frequentando curso de nível fundamental (considerando a parcela da população entre 7 e 14 anos de idade), o que o coloca em situação superior à estadual e superior à nacional. A escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade foi a seguinte: 24,92% “sem instrução ou menos de 1 ano de estudo”; 45,23% com “1 a 4 anos de estudo”; 19,23% com “5 a 8 anos de estudo”; 7,77% com “9 a 11 anos de estudo”; 1,63% com “12 anos ou mais de estudo”; e 1,23% “não determinado”.



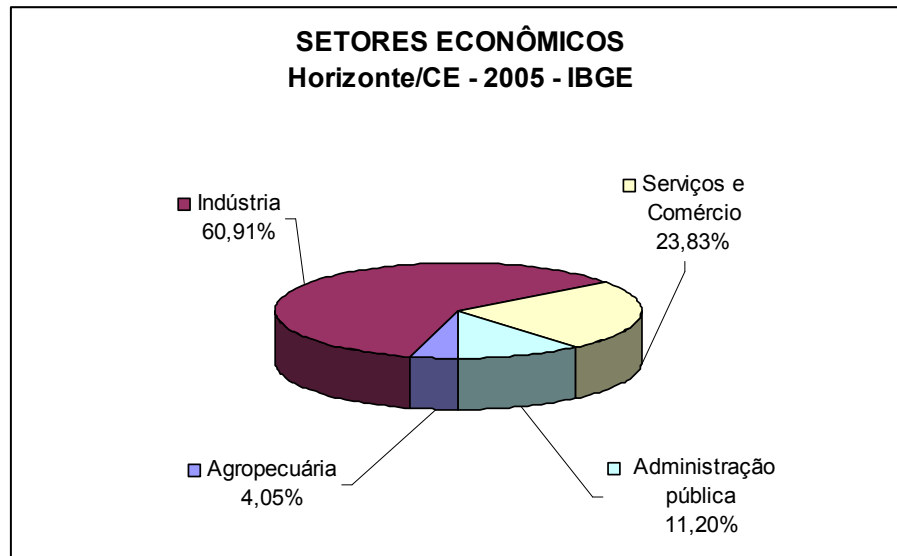
No que se refere ao rendimento familiar per capita, Horizonte possuía, em 2000, 8.861 famílias. A maior parte de suas famílias eram concentradas na classe “até meio salário mínimo” (42,63%), seguida da classe “mais que meio até 1 salário mínimo” (30,28%) e de”

mais que 1 até 3 salários mínimos” (16,03%). Cabe ressaltar que a proporção de famílias sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo situava-se acima daquela registrada no Estado e acima da do País.



Em 2005, a indústria constituía o setor mais expressivo da economia municipal, seguido dos serviços (exclusive administração pública) e comércio. A indústria é responsável, em 2006, por 6,1% do Valor da Transformação Industrial (VTI) e 5,7% do pessoal ocupado no Estado. Em relação ao Brasil, participa com 0,07% no VTI nacional, e 0,16% no pessoal ocupado na indústria. As principais divisões industriais são a fabricação de produtos têxteis, a extração de minerais-não-metálicos, a fabricação de artigos de borracha e plástico, e a fabricação de produtos alimentícios e bebidas.

No setor industrial, as cinco primeiras ligações empresariais de Horizonte (num total de dez) são com os municípios de Fortaleza – CE, São Paulo – SP, Venâncio Aires – RS, São Luis – MA e Caucaia – CE. (ligações empresariais são indicadas pela presença de empresas com unidades locais em mais de um município). (FONTE: IBGE).



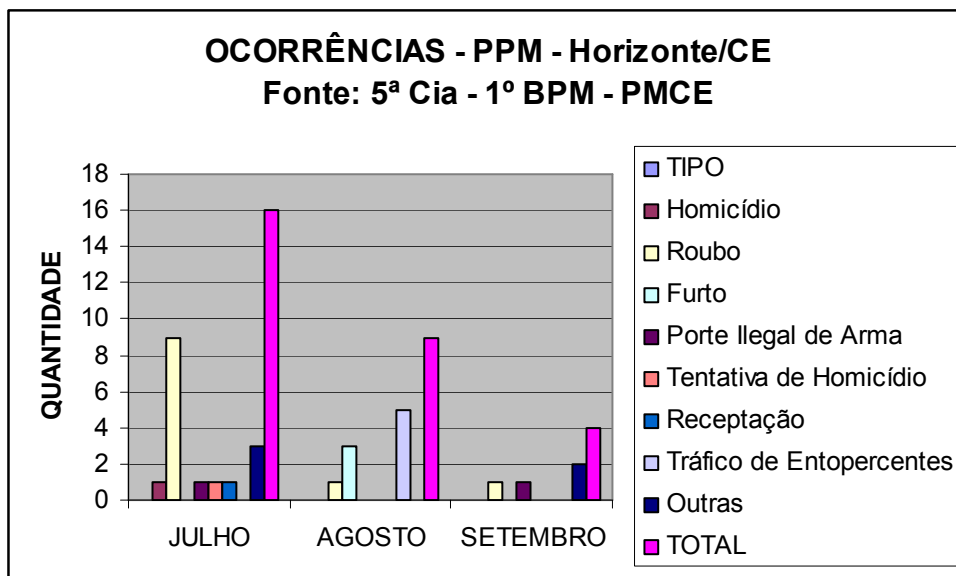
6.1. Dados dos atendimentos da Polícia Militar em Horizonte: os números da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

As ocorrências policiais militares de Horizonte são atendidas pelo telefone 190, desvinculado da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS), ou seja, a solicitação de atendimento é recebida diretamente no Pelotão de Polícia Militar (PPM) de Horizonte. Este pelotão faz parte da 5ª Companhia do 1º Batalhão da Polícia Militar do Ceará (PMCE). Possui 27 integrantes que operam em duas viaturas no policiamento convencional e mais 14 integrantes que se revezam em duas viaturas do Programa Ronda do Quarteirão, implantado em setembro de 2009.

As ocorrências que são atendidas e concluídas pelos policiais militares são registradas e transformadas em estatísticas para envio à SSPDS.

Segue abaixo o quadro demonstrativo das ocorrências significativas atendidas nos meses de julho, agosto, setembro de 2009.

TIPO	MESES		
	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO
Homicídio	1	0	0
Roubo	9	1	1
Furto	0	3	0
Porte Ilegal de Arma	1	0	1
Tentativa de Homicídio	1	0	0
Receptação	1	0	0
Tráfico de Entorpecentes	0	5	0
Outras	3	0	2
TOTAL	16	9	4



No mês de julho as “outras ocorrências” referem-se a uma recaptura de foragido da justiça, uma recuperação de veículo e um atendimento de afogamento (preservação do local).

No mês de agosto foram realizadas 10 prisões. A prisão de menores de idade supera com 60% das prisões e a de maiores corresponde a 40%. Neste mesmo mês foram apreendidas 18 pedras de crack.

No mês de setembro as “outras ocorrências” referem-se a duas recapturas de foragidos da justiça.

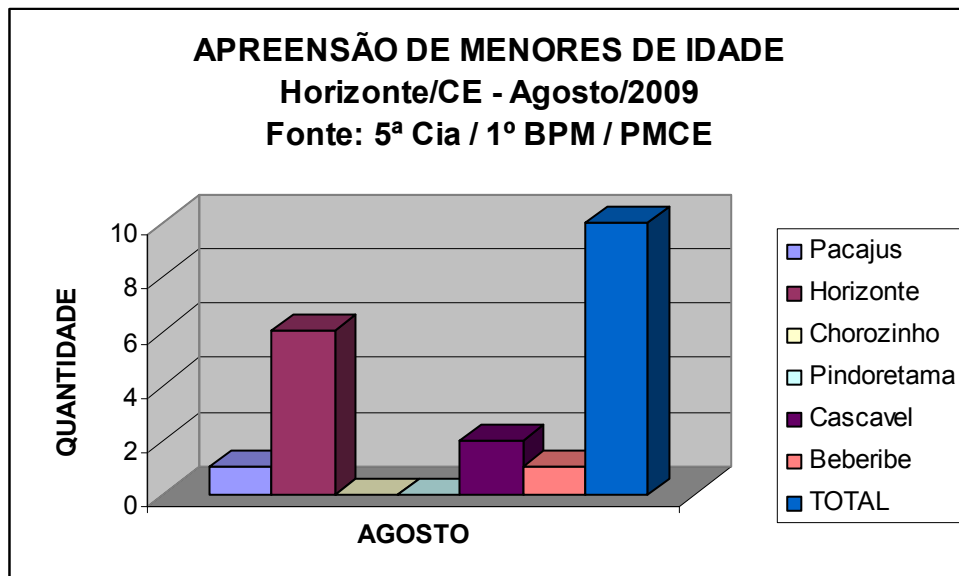
Faz parte desta mesma Companhia juntamente com Horizonte, os PPM de Pacajus, Chorozinho, Pindoretama, Cascavel e Beberibe. Comparando as prisões realizadas em Horizonte, no mês de agosto e setembro, com os demais Municípios temos o seguinte:

- Prisão de maiores de idade – 2009 – Fonte: 5ª Cia / 1º BPM / PMCE

MUNICÍPIOS \ MESES	AGOSTO	SETEMBRO
	Pacajus	12
Horizonte	4	3
Chorozinho	2	0
Pindoretama	2	2
Cascavel	3	7
Beberibe	8	1
TOTAL	31	18

- Apreensão de menores de idade – 2009 – Fonte: 5ª Cia / 1º BPM / PMCE

MUNICÍPIOS \ MESES	AGOSTO	SETEMBRO
	Pacajus	1
Horizonte	6	0
Chorozinho	0	0
Pindoretama	0	0
Cascavel	2	0
Beberibe	1	0
TOTAL	10	0



No mês de julho não foram detalhadas as prisões efetuadas.

De acordo com a tabela destaca-se o mês de agosto em Horizonte, onde foram apreendidos 6 menores, de um total de 10, correspondendo a 60% das apreensões na área jurisdicional da Companhia, contra 10% de Pacajus, 20% de Cascavel e 10% de Beberibe. Nota-se uma participação considerável do jovem horizontino.

7.0. PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO – JBV NO MUNICÍPIO DE HORIZONTE: A IMPORTÂNCIA DE UM PROJETO

Nas páginas anteriores falou-se da possibilidade da implantação do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário em Municípios brasileiros. Precisamente, O Município de Horizonte compõe a Região Metropolitana de Fortaleza, que cresce – mais do que se desenvolve – vertiginosamente, o que gera uma onda de complicações sociais bastante significantes. Diariamente os meios de comunicação dão conta de situações de violência em Horizonte, que até bem pouco tempo era tida como cidade pacata.

Acredita-se que a filosofia do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, bem como a sua experiência em várias partes do Estado do Ceará pode, sim, contribuir com a realidade atual do Município de Horizonte.

A realidade do Município de Horizonte, e daqueles em desenvolvimento, dentro ou não de regiões metropolitanas, tem algo em comum além dos crescentes índices de violência. Em praticamente todos eles podemos encontrar associações de bairros e associações comunitárias. Criadas com os mais diversos propósitos, estas associações podem se tornar um importante aliado na tentativa de se reduzir a criminalidade. Hoje, já é consenso que somente o aumento de policiais e viatura nas ruas não resolve o problema criminal, é preciso investir no homem e na sua capacidade de encontrar soluções diante das adversidades e isto inclui comunidade. Entretanto,

[...] não basta investir na formação do capital humano para construir uma base socioeconômica favorável ao desenvolvimento. É preciso trabalhar também o capital social, ou seja, as relações sociais e interpessoais, para que se crie uma rede humana como base para alcançar esse desenvolvimento (NEUMANN, 2004, p.15).

A disseminação da violência em Horizonte se deu pelo desenvolvimento industrial que gerou um desordenado crescimento demográfico. A oferta de emprego é muito menor que a demanda fazendo com que famílias fiquem desamparadas socialmente, somada à falta de políticas sociais públicas em todas as esferas.

Nas ocorrências policiais há predomínio, segundo os dados, de roubos (residência, pessoas, veículos, etc), furtos e tráfico de entorpecentes, onde os menores de idade são protagonistas.

Na década de 90 se falou em Polícia como uma empresa que presta serviço de Segurança Pública. Este tipo de abordagem reforçou a idéia de que se a policia presta um

serviço, logo a comunidade é o seu cliente. Contudo este tipo de visão causa certo afastamento da polícia do seu público, pois cria uma barreira quando se institucionaliza demasiadamente a organização policial. Não é preciso, nem viável, que a polícia deixe de ser uma instituição, mas é preciso evoluir, pois o cenário está mudado e se queremos de fato que as pessoas participem na busca de soluções para o problema criminal é preciso ver a comunidade com outro foco, conforme dito por NEUMANN (2004), “hoje, muitas instituições e sistemas já perceberam que as pessoas e suas comunidades são os principais agentes que influenciam as condições de qualidade de vida [...]”.

A Filosofia do Projeto JBV supera a visão na qual a comunidade é vista como um cliente. Perceber a comunidade como um cliente está fora dos princípios da Carta Magna de 1988, além de reforçar a idéia de que a Polícia tudo pode.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I - polícia federal;

II - polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

(ARTIGO 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL – BRASIL)

A presença de jovens voluntários junto às comunidades mais carentes de Horizonte é um sinal alentador, devolvendo à comunidade a sua condição de parceira na prevenção e resolução de conflitos e na proposição de alternativas viáveis de diálogo e combate.

7.1. O conceito de adolescência e juventude: uma compreensão mais ampla

A etimologia da palavra “adolescer” é encontrada no latim (ad, para + olescere, crescer: crescer para) e significa “crescer, engrossar, tornar-se maior, atingir a maioridade”. (Tiba, 1985). O novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa diz que adolescente é aquele que “está no começo, que ainda não atingiu o vigor”.

Várias são as definições sobre a adolescência que surgem das formas de se analisar essa fase da vida. Para a Sociologia, a adolescência estaria na dependência da inserção do homem em cada cultura, variando, portanto, segundo a cultura; a Antropologia, a enxerga como uma fase de transição entre a infância e a idade adulta, envolvida por rituais de passagem e iniciação, presentes também em diversas culturas; a Medicina vê a adolescência como um período no qual ocorre o processo de crescimento e desenvolvimento corporal,

caracterizada por grandes transformações biopsicossociais, que se iniciam na puberdade e terminam no final da segunda década de vida (BECKER, 1995).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define como adolescente, o indivíduo na segunda década de vida, ou seja, entre 10 e 19 anos, embora reconheçam que esses limites são imprecisos e podem variar nas diferentes culturas e de um indivíduo para outro.

O modo particular como cada cultura em seu tempo considera cada fase da vida humana varia muito e determina também a transição que ocorre entre elas. As sociedades estabelecem critérios que definem o status dado a cada fase de vida e definida mais claramente a fase adulta da infantil.

Considerando que o processo de adolescência depende de fatores externos e regionais, existem aspectos que são universais como, a aquisição da capacidade reprodutora. Porém, em nossa sociedade, além de alcançar essa capacidade de reprodução, o jovem tem que superar alguns critérios para ganhar o status de adulto, como ser economicamente independente e se encarregar de sua própria vida.

Na organização social do Ocidente, a ascensão à vida adulta envolve aspectos altamente complexos que podem tornar essa fase mais longa e complexa. O jovem tem que se confrontar com as questões sociais, políticas, filosóficas, religiosas, econômicas e profissionais, isto sem considerar toda a vivência afetiva que permeia esse processo. Diante de tantos conflitos, o jovem pode ter dificuldade de abandonar o conforto e a segurança da casa paterna, levando-o a estender esse período por mais tempo.

Alguns autores consideram o fim dessa fase, quando o jovem consegue atingir a maturidade psicológica, que pressupõe a libertação das figuras paternas de sua infância, ou seja, quando elabora sua própria identidade. Tal critério não tem um determinante cronológico, por isso cada um passa por essa aquisição em momentos diferentes. A OMS considera que o final da segunda década de vida coincide-se com o fim da adolescência e a juventude iria até os 24 anos e englobaria a conclusão de todas essas etapas.

7.2. Juventude horizontal sem perspectiva: retratos do cotidiano

O vertiginoso crescimento industrial do município de Horizonte foi acompanhado de uma explosão demográfica que impressiona. As ruas e praças estão apinhadas de gente – em sua maioria jovens – as escolas municipais e estaduais quase não dão conta da excessiva demanda. Uma visita a qualquer escola pública de Horizonte confirma esta assertiva. São

salas de aula numerosas, com um professor refém de muitos alunos que já não aceitam sua autoridade. Multiplica-se diariamente o número de brigas ao final dos turnos escolares, sendo necessária a intervenção da autoridade policial para mediar o conflito. É um quadro que assombra.

As ruas, praças, escolas e demais logradouros públicos do Município de Horizonte vivem uma situação de medo. Em conversa com professores de algumas Escolas foram relatadas cenas de violência estudantil dentro dos muros da instituição, sem que o Núcleo Gestor possa tomar providências eficazes. Segundo alguns professores e professoras, o momento da saída dos alunos, quando do encerramento de qualquer um dos turnos, é comumente marcado por cenas que vão desde o vandalismo (depredação, tumulto) até as agressões físicas, cujos protagonistas são os próprios alunos, adolescentes e jovens em sua maioria.

De um modo geral, professores, pais e alunos são acossados pelo medo que ronda os quarteirões do ambiente escolar. Ora se nem mesmo na Escola, aquele espaço que é tido como promotor da cultura da paz, da construção de valores humanos, se nem mesmo lá a convivência fraterna é possível, então é possível afirmar que o modelo da sociedade precisa ser revista.

A questão do medo é, de modo crescente, uma realidade no cotidiano dos horizontinos. De todos eles! O medo, antes escondido nas metrópoles do Sul e Sudeste do País agora arma a sua tenda em vários municípios do Ceará, inclusive em Horizonte.

Um paradoxo, pois essa mesma juventude conduzirá o futuro do Município. Agir com rapidez e eficácia é um desafio quase impossível. A saída está na educação de qualidade.

Em situações assim, que envolvem adolescentes em situação de risco iminente, acredita-se que o Projeto JBV possa contribuir na criação de espaços de diálogo, de construção de um ambiente saudável.

7.3. Drogas: uma chaga social

O crescimento industrial de Horizonte gerou um aumento heterogêneo em sua população, um crescimento na demanda de serviços públicos e particulares. As comunidades de Horizonte adquiriram outra feição nos últimos dez anos. Verdadeiros bolsões estão formados, sem que a mão do poder público possa alcançá-los com a oferta de serviços e oportunidades compatíveis às suas necessidades.

A realidade da explosão demográfica reflete por toda parte. Um lado que choca e adverte a comunidade é a banalização dos costumes, da vida, da convivência social. Muitos jovens de Horizonte perderam a vida recentemente por causa do uso e do tráfico das drogas. Inúmeras famílias presenciam seus filhos serem aliciados por traficantes para alimentarem esta organização criminal. É uma situação desoladora.

Acredita-se que o Projeto JBV tenha algo a contribuir nesse aspecto. É um campo minado, cheio de interesses escusos, delicado. O aspecto preventivo contemplado na preparação dos jovens que participam do Projeto pode ajudar a comunidade a entender o que se passa hoje em Horizonte.

7.4. A necessidade do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário em terras horizontinas

Caminhar pela periferia de Horizonte em algumas horas do dia tornou-se mais que um exercício físico; trata-se de uma questão de coragem. Comum é encontrar pessoas – jovens e idosos em sua maioria – que já foram assaltadas nas mais diversas localidades, em especial na Sede do Município.

Elencar a causas desse quadro nascente de violência urbana faz-se necessário e ao mesmo tempo é um suporte que justifica a implantação do Projeto JBV no Município de Horizonte. Fala-se em quadro nascente de violência urbana, de pequenos roubos, assaltos sem vítimas fatais, furtos noturnos e em locais específicos. Portanto, é algo que ainda embrionário, podendo muito ser feito em favor dos violentos e violados.

Dentre as muitas deficiências que foram constatadas no atendimento aos adolescentes e jovens do Município de Horizonte, destacamos as mais significativas e que refletem a real situação de abandono social de boa parte dos horizontinos.

1. Falta de lazer e entretenimento para os jovens;
2. Ausência de responsáveis, formadores e controladores sobre a situação dos jovens;
3. Falta de um facilitador ou encaminhador do jovem ao mercado de trabalho;
4. Jovens sem representações (ausência de grêmios estudantis articulados, por exemplo);
5. Falta de espaço para lazer e recreação;
6. Venda e consumo de drogas em alguns pontos dos bairros da sede do Município;
7. Ausência dos pais no acompanhamento do dia-a-dia dos filhos;
8. Falta de programa assistencial aos drogados;
9. Falta de atividades que valorizem os jovens;

10. Inexistência de informações preventivas aos comerciantes e moradores do Município, visando coibir a ação dos criminosos;
11. Desconhecimento da comunidade sobre os órgãos de assistência à família;
12. Falta de amparo aos pais sobre como lidar com os problemas apresentados pelos seus filhos;
13. Falta de centros de qualificação e formação profissional para jovens;
14. Falta de sinergia entre jovens e igrejas;
15. Desagregação familiar;
16. Ociosidade.

7.5. Papel do Jovem Bombeiro Voluntário em Horizonte: juventude que previne e transforma

No Projeto JBV está previsto a realização de atividades duas vezes por semana no turno oposto ao da escola em que está regularmente matriculado (requisito para fazer parte do Projeto), no horário de 7h45min às 11h00min com intervalo de 15 minutos para lanche e descanso.

No dia a dia é cobrado o cumprimento de horário, disciplina, hierarquia, comportamento (casa, escola, rua), apresentação pessoal (corte de cabelo, higiene pessoal) objetivando o desenvolvimento do caráter, cidadania, valores, respeito e outras qualidades de um verdadeiro cidadão cumpridor de seus deveres legais.

A atuação comunitária do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário – JBV é módica, sem alardes e baseada na parceria. O JBV não visa solucionar nem reprimir pessoas e situações. Contudo, acredita-se que a presença de uma juventude otimista, crítica e solidária seja passo importante no processo de prevenção de muitos males que são notados em Horizonte.

Abaixo, elencam-se algumas atitudes e práticas que podem ser vividas pelos jovens do Projeto JBV:

- a) Estreitar os laços com a comunidade local no intuito de conquistar sua confiança e orientá-la sobre métodos preventivos de sinistros, de manuseio de alguns produtos e objetos, noções de primeiros socorros;
- b) No contato com a comunidade local, tentar conscientizá-la sobre a responsabilidade de cada um na prevenção indireta dos sinistros e ilícitos;

- c) Transmitir orientações ao cidadão, de forma a despertar o espírito de cidadania;
- d) zelar constantemente pelo bem estar e qualidade de vida da comunidade local;
- e) Despertar no cidadão o interesse pela solução em conjunto, através da ajuda mútua frente aos problemas comuns;
- f) Instruir a população sobre os seus direitos sobre cidadão e como acionar o poder público para solução de seus problemas e da coletividade;
- g) Incentivar a participação da comunidade local nas atividades cívicas, culturais e sociais;
- h) Desenvolver atividades de cidadania, voltadas para a comunidade, principalmente infantil e juvenil, tendo como premissa contribuir para a formação do cidadão do futuro. Com certeza, o grande foco da prevenção é a infância e juventude, remetendo-nos a um trabalho não esporádico ou sazonal, mas constante e ininterrupto.
- i) Registrar os nomes das pessoas contatadas durante o desenvolvimento da visita comunitária, os quais deverão ser relacionados e controlados para posteriores ações;
- j) Envidar todos os seus esforços para conhecer a rotina da comunidade, aprimorando-se para chamar as pessoas pelo nome, criando um vínculo de amizade e respeito mútuo.
- k) Convidar a comunidade local para participar das reuniões comunitárias e conhecer o policiamento e sua área de atuação;
- l) Conhecer as forças vivas de sua comunidade local, principalmente os presidentes de associação de moradores, diretores de escolas, AA, etc; os quais são importantes fontes de informações em decorrência de suas representatividades;
- m) Tratar o cidadão como um aliado, exercitando-se para dele se aproximar para dele, da sua família;
- n) Acompanhar os pequenos delitos com a sua importância devida. Às vezes, o pequeno delito é o que realmente aflige a comunidade local;
- o) Utilizar pequenos espaços de reuniões das igrejas, clubes de serviços, câmara municipal, associações de bairros e outros, para divulgar e prestar contas dos serviços que vem desenvolvendo;

- p) Atentar para os eventos que ocorrem na sua área ou estão programados, para se mostrar presente e preocupado com a segurança dos freqüentadores e também do patrimônio que os envolve;
- q) Nas entrevistas e participações nas reuniões sempre agradecer a participação da comunidade;
- r) Nas escolas, procurar se fazer presente com sorriso para as crianças, distribuir carinho e respeito, não ficar isolado. Conversar com os pais, procurar para falar de seu trabalho com orgulho;
- s) Evitar falar das ocorrências mais graves ou de vulto, de situações que demandam a repressão policial;

O Jovem participante do JBV deve ser desprovido de “pré-conceitos”. Em suma trata-se de um jovem voluntário que está acima dos valores comuns. O altruísmo é uma de suas características. Por isso, o critério de formação deste jovem deve ser diferenciado e aprimorado constantemente, uma vez que ele é multiplicador e mobilizador social.

8.0. O PROJETO JOVEM BOMBEIRO VOLUNTÁRIO: NECESSIDADE DE APOIO INSTITUCIONAL PÚBLICO

A despeito da inequívoca relevância do Projeto JBV no contexto social do Município de Horizonte, o que se observa é que o ente público descuida do apoio que deveria dar a essa modalidade de trabalho voluntário. É necessário salientar que este Projeto demanda uma estrutura mínima, para levar a cabo os seus objetivos.

Para o bom funcionamento de qualquer Projeto é imprescindível a integração de todos os setores da sociedade, de forma a proporcionar não somente a eficácia na prevenção e organização de vários aspectos comunitários relacionados ao trabalho do Projeto JBV, mas também garantir a transparência nas ações. Se assim não ocorrer haverá descrédito em relação aos objetivos do Projeto, desde a Filosofia que norteia até a aplicação de recursos oriundos de doações e/ou investimentos públicos ou privados.

8.1. Quando o Município não faz a sua parte

Em outro momento deste trabalho monográfico foi dito que o Projeto JBV realizado em Horizonte está em vias de ser desativado. Muitos motivos poderiam ser aqui relacionados como sendo causa de tal desativação, coisa que, chegando a acontecer, há de gerar um desapontamento e uma frustração em muitas pessoas: nos jovens que dele participam, em seus familiares e também nos formadores, que investem tempo e boa vontade na consecução desse Projeto.

A Seção de Bombeiros de Horizonte não recebe verbas específicas para a realização de trabalhos da natureza do Projeto JBV. É sabido que sua atuação principal é outra (combate à incêndio, resgate, busca, salvamento, vistorias técnicas em edificações). Portanto, não há recursos específicos que atendam ao Projeto. A destinação de recursos e outros tipos de investimento (móveis, material didático, indumentária, etc.) poderia ficar a cargo do Poder Público Municipal como um dos principais interessados pelo resultado geral. O Projeto JBV de Horizonte carece de ajuda da Prefeitura Municipal para realizar a contento as suas atividades, que não é outra coisa senão o atendimento aos munícipes.

Portanto, se o Projeto JBV em Horizonte encontra-se ameaçado de encerrar suas atividades e engavetar propostas que poderiam contribuir na qualidade de vida do povo horizontino, é um prejuízo social do Poder Público municipal, principalmente. Causa

estranheza que um Projeto da envergadura do JBV não componha a pauta de prioridades e interesses sociais do Poder Executivo Municipal.

Há uma falta de interesse da sociedade civil organizada em manifestar apoio ao Projeto junto ao poder público. Acredita-se que isso se dá por motivo de ordem política, coisa que é arraigada em pequenas cidades do interior ou até mesmo pelo conformismo e/ou acomodação. Esta atitude é contraditória, pois nas entrevistas ficou claro que familiares e educadores ressaltam a grande relevância do Projeto na formação dos jovens, mas não se mobilizam para reverter a situação.

8.2. Apoio ao alcance do Poder Público

É importante destacar que, ao falar em apoio estrutural ao Projeto JBV, não se está pleiteando um aparato complexo e dispendioso. A demanda do Projeto está perfeitamente ao alcance do Poder Público, sem comprometimento de outras atividades congêneres, tais como educação, cultura, lazer, transporte, esporte, ação social.

Mais que custear o Projeto, o Município estaria como que devolvendo ao cidadão aquilo que fora pago em forma de impostos. Mais que isso, seria um claro e objetivo incentivo ao trabalho voluntário que está tão em voga hoje em dias, mas que não dispensa a participação pública. É claro, seria contraditório falar em trabalho voluntário e ao mesmo tempo evocar a investimento por parte do Estado. Não se trata somente de um investimento, mas uma parceria em proveito do Município. O aval público é necessário, pois, “sem esse reconhecimento terminaremos com soluções que não resolvem, respostas que não respondem e explicações que não explicam” (King, p.151, 2006).

9.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao findar este trabalho monográfico sobre o Projeto Jovem Bombeiro Voluntário de Horizonte é importante tecer algumas considerações sobre o mesmo, para que o trabalho não se resuma a uma obrigação acadêmica, somente, mas para que a reflexão acerca da Segurança Pública a partir de projetos semelhantes ao JBV possa iluminar as políticas públicas voltadas para a área da segurança.

A Segurança Pública no Brasil, nos últimos anos, está tomando novos rumos a partir das ações do Governo Federal para essa pasta. Percebemos a mudança de paradigma desde uma nova concepção de segurança para combate ao crime até os investimentos na formação continuada dos agentes de segurança pública, aquisição de equipamentos (viaturas, armas letais e não-letais, fardamento, etc), utilização de tecnologia de ponta, reestruturação dos órgãos de segurança.

Um dos reflexos dessa mudança de paradigma é a evidência da importância da aproximação da comunidade e polícia fortalecendo a filosofia do policiamento comunitário como um instrumento eficaz na prevenção, sobretudo da violência urbana. Nesta nova filosofia a comunidade é parceira forte e indispensável, pois é sabido que os problemas da Segurança Pública não são resolvíveis apenas pelo braço forte do Estado, como se pensou equivocadamente durante muito tempo.

As iniciativas do Governo Federal através do Ministério da Justiça em parceria com Estados, Municípios e Ministério Público inovam a compreensão de uma nova visão da Segurança. Podemos citar as ações do PRONASCI como uma ferramenta indispensável para combater os altos índices de criminalidade em lugares vulneráveis, mostrados através das estatísticas criminais, mas também em lugares que não apresentam altos índices com o intuito de prevenir o crime.

O Corpo de Bombeiros como uma instituição diferenciada, devido à sua nobre missão da preservação da vida e do patrimônio, possui um grande potencial para aproximação entre poder público e comunidade, que é uma das premissas do PRONASCI. Por ser uma instituição de grande credibilidade é que propõe iniciativas do tipo do Projeto JBV. É um projeto de cunho social que inclui jovens de várias faixas etárias e de todas as camadas sociais, gêneros, credos, etc.

O Projeto JBV tendo como objetivo principal o resgate da cidadania através de suas atividades de valorização do jovem, que vai desde a simples conscientização de cumprimento de horários até a aprendizagem de técnicas de primeiros socorros e prevenção de acidentes úteis a si, a família e a outras pessoas de seu convívio, traduz a valorização de jovem como ser humano para que no futuro tenha responsabilidade suficiente para superar as dificuldades do dia a dia.

O Projeto, apesar do grande interesse do CBMCE necessita de uma atenção especial do governo estadual e até do municipal para que se tenha uma estruturação de gerenciamento com recursos específicos e exclusivos para que esta iniciativa, inquestionavelmente relevante, produza os frutos de forma otimizada. Não houve ainda uma sensibilização dos gestores públicos dando conta que estes jovens atrelados ao Projeto tiram-os da ociosidade, melhora a auto-estima, o rendimento escolar além de aprenderem a salvar vidas. Não existe uma formação de redes de sociabilidade entre as próprias instituições públicas a fim de consolidar esta iniciativa do CBMCE. A parceria mais forte existente é entre o CBMCE e o seu público alvo, a comunidade.

Em Horizonte, no ano de 2008 houve um grande interesse do governo municipal em apoiar esse projeto, onde foi formada uma rede entre o CBMCE e diversas secretarias municipais. Já em 2009 não houve empenho significativo por parte do poder público municipal em apoiá-los.

Pelos dados colhidos das ocorrências policiais militares e do clamor da sociedade horizontina que ver seus jovens se entregando ao mundo das drogas e conseqüentemente em outras formas de criminalidade, justificaria o importante interesse, principalmente do governo municipal. Deve-se lembrar que “os jovens fazem parte do patrimônio da comunidade horizontina” e este patrimônio deve ser bem cuidado para que no futuro tenhamos adultos como verdadeiros cidadãos.

Pelo que foi apresentado neste trabalho monográfico sobre os problemas advindos da expansão industrial deste município temos no Projeto JBV uma excelente alternativa para recuperação e inclusão dos jovens que vivem à margem da sociedade, bem como podemos usar como ferramenta para a prevenção da má formação do caráter e personalidade, através dos ensinamentos de superação dos obstáculos e valorização da vida.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira; BRASIL, G. M. **Polícia e Comunidade**. In BARREIRA, C. (Org). *Questão de segurança: políticas governamentais e práticas sociais*, RJ, Relume Dumará, 2004.
- ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Segurança, Violência e Direitos Cidadania e policiamento comunitário**. Fundação Demócrito Rocha, Fortaleza, 2007.
- BECKER, Daniel. **O que é adolescência?** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Editora Saraiva, 2007.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Lei Federal nº 8.069 de 1990.
- BRASIL. Ministério da Justiça. **Pronasci inova no enfrentamento e prevenção ao crime**. Disponível em: <<http://www.pronasci.gov.br/pronasci>>. Acesso em: 08/11/2009.
- CAMPOS, Fábio; LEAL, Jocélio. **Anuário do Ceará**, ed. O Povo, Fortaleza, 2005.
- CEARÁ. Corpo de Bombeiros Militar. **Projetos Sociais**. Disponível em <<http://www.cb.ce.gov.br/index.php/instituicao/proj-sociais>>. Acesso em: 10/11/2009.
- CEARÁ. Ministério Público Estadual. **Programa dos Núcleos de Mediação Comunitária**. Disponível em: <<http://www.pgj.ce.gov.br/nespeciais/nucleomed/nucleos.asp>>. Acesso em: 08/11/2009.
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1996.
- FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina – Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.**
- FRAGOSO, Cláudio Heleno. **Lições de direito penal**. A nova parte geral. 8. ed.. Rio de Janeiro : Forense, 1985.
- FREITAS, Geovani Jacó de et al. **Fortaleza e suas tramas: Olhares sobre a Cidade**. Ceará: GPDU/UECE/EdUECE, 2008.
- GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MICHAUD, Y. **A Violência**. São Paulo, Ática, 1989.
- REGIONAL. Estado tem 5 mil bombeiros voluntários. **Diário do Nordeste**, Ceará, 10/05/2008. Disponível em:<<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=536309>>. Acesso em: 10/11/2009.
- TIBA, Içami. **Puberdade e adolescência – desenvolvimento biopsicossocial**. São Paulo: Agora Editora, 1985, 4ª edição.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policimento Comunitário: Como Começar**. RJ: POLICIALERJ, 1994, p.04. Apud NETO, 1998:11.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo. **Segurança pública: entre avanços e recuos resta esperança**. Disponível em: <http://www.laborjor.unicamp.br/midiaciencia/article.php3?id_article=551>. Acesso em: 08/11/2009.

APÊNDICES

Apêndice A – Questionário destinado aos jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, utilizado como recurso da entrevista.

Apêndice B – Questionário destinado aos familiares dos adolescentes e jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, utilizado como recurso da entrevista.

Apêndice C – Questionário destinado professores/educadores dos adolescentes e jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, utilizado como recurso da entrevista.

Apêndice D – Depoimentos de pessoas da comunidade sobre a atuação dos Jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário.

Apêndice A

Questionário destinado aos jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, utilizado como recurso da entrevista.

1. Relate algo sobre o Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, do qual participa.
2. Há quanto tempo participa?
3. Destaque algo que lhe atraiu ao Projeto.
4. O que você aprende lá no Projeto?
5. Julga importante o que é ensinado no Projeto? Por quê?
6. O que aprende no Projeto está relacionado com o seu dia-a-dia e da sua comunidade? De que modo?
7. De que modo o seu aprendizado pode ajudar a sua comunidade?
8. O que sua comunidade acha do Projeto? E sua família? E seus amigos? Seus professores?
9. A proposta do Projeto pode ser estendida a outros jovens? Por quê?
10. Conhece algum jovem ou adolescente que gostaria de participar do Projeto?
11. Fale sobre o relacionamento dentro do Projeto: com seus colegas, instrutores, outros bombeiros militares.
12. Vê nessas pessoas um modelo possível a imitar? Por quê?
13. Qual a virtude que você destacaria em seus instrutores? E em seus colegas de Projeto?
14. Gostaria de acrescentar algo a este questionário?

Apêndice B

Questionário destinado aos familiares dos adolescentes e jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, utilizado como recurso da entrevista

1. Relate algo sobre o Projeto Jovem Bombeiro Voluntário do qual seu filho (neto, sobrinho) participa.
2. Julga importante o que é ensinado no Programa? Por quê?
3. Quais comentários seu filho (neto, sobrinho) tece sobre o Projeto?
4. Sente que ele acredita no Projeto? Por quê?
5. Depois que ele/ela começou a participar do Projeto percebeu alguma mudança de atitudes, de conversas, de relacionamento? Quais?
6. A proposta do Projeto pode ser estendida a outros jovens? Por quê?
7. Você conhece os instrutores do Projeto? Confia neles?
8. O que você acha que falta ao Projeto?
9. Gostaria de acrescentar algo a este questionário?

Apêndice C

Questionário destinado professores/educadores dos adolescentes e jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário, utilizado como recurso da entrevista

1. O que sabe sobre o Projeto Jovem Bombeiro Voluntário?
2. Quais de seus (suas) alunos(as) participam do Projeto?
3. Sente que eles gostam do Projeto? Explique.
4. Seus alunos comentam algo sobre o Projeto, em sala?
5. Quanto ao conjunto do aprendizado dos alunos que participam do Projeto é possível dizer que houve alguma mudança significativa? Quais?
6. A visão de mundo dos seus alunos que participam do Projeto sofreu alguma mudança? Qual?
7. O que você acha que falta ao Projeto?
8. O que os(as) alunos(as) aprendem no Projeto estão em relação com os conteúdos curriculares da Escola? Explique.
9. Gostaria de acrescentar algo a este questionário?

Apêndice D

Depoimentos de pessoas da comunidade sobre a atuação dos Jovens que participam do Projeto Jovem Bombeiro Voluntário.

Depoimento 1 (Bairro – Zumbi – Sede)

Depoimento 2 (Bairro – Diadema – Sede)

Depoimento 3 (Distrito – Dourado)

Depoimento 4 (Distrito – Queimadas)

Depoimento 5 (Bairro – Planalto Horizonte – Sede)

Depoimento 6 (Bairro – Distrito Industrial – Sede)